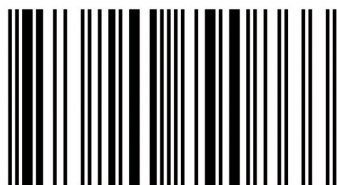


A África e o Mediterrâneo Antigo. Aproximações contemporâneas

Este volume congrega contribuições de diversos países (Brasil, Portugal, Espanha), mulheres e homens, alguns afrodescendentes. Três aspectos são recorrentes nos diversos capítulos, a começar pela recorrência da Arqueologia. Em seguida, sobressai a busca pelo público em geral, em particular pela reflexão sobre o Ensino de História. Por fim, discutem-se modelos de sociedade. Diversos capítulos tratam de identidades, alteridades, diversidades, conectividades, em olhares variados, mas coincidentes na crítica dos modelos sociais que enfatizam a homogeneidade ou a separação. Este livro constitui um testemunho do empenho de tantos por um estudo da História mais inclusivo. Os autores provêm todos de fora dos centros hegemônicos e mostram como essas condições periféricas ou semiperiféricas contribuem tanto para um olhar crítico, como em diálogo com os hegemônicos, que, não raras vezes, permitem-se ignorar toda a discussão em língua não hegemônica. Esse decentramento constitui oportunidade para repensar temas tão óbvios, mas por isso mesmo não tão evidentes, relativos ao comportamento humano: exclusão, denegação, desconhecimento, desrespeito.



Cláudio U. Carlan é mestre (UFF) e doutor (Unicamp), professor da Unifal, MG.
Raquel S. Funari é mestre e doutora (Unicamp), colaboradora da UFPR, PR.
Filipe N. Silva é mestre (Unicamp), professor da Faculdades Integradas Maria Imaculada, SP.
Pesquisadores apoiados pelo CNPq, Capes e Fapemig, autores de dezenas de livros e artigos acadêmicos.



978-620-0-79086-6

Carlan, Funari, Silva



Cláudio Carlan · Raquel Funari · Filipe Silva

A África e o Mediterrâneo Antigo. Aproximações contemporâneas

 **Novas Edições
Acadêmicas**

**Cláudio Carlan
Raquel Funari
Filipe Silva**

A África e o Mediterrâneo Antigo. Aproximações contemporâneas

FOR AUTHOR USE ONLY

**Cláudio Carlan
Raquel Funari
Filipe Silva**

**A África e o Mediterrâneo Antigo.
Aproximações contemporâneas**

FOR AUTHOR USE ONLY

Novas Edições Acadêmicas

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

ISBN: 978-620-0-79086-6

Copyright © Cláudio Carlan, Raquel Funari, Filipe Silva

Copyright © 2020 International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

FOR AUTHOR USE ONLY

**A ÁFRICA E O MEDITERRÂNEO ANTIGO. APROXIMAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS**

CLÁUDIO UMPIERRE CARLAN

RAQUEL DOS SANTOS FUNARI

FILIFE NOÉ SILVA

(ORGANIZADORES)

FOR AUTHOR USE ONLY

SUMÁRIO

Introdução: reflexões sobre a África e o Mediterrâneo Antigo	3
<i>Raquel dos Santos Funari, Cláudio Carlan e Filipe Noé Silva</i>	
Os Etíopes, os Gregos e os Egípcios e a conectividade sociocultural no Mundo Antigo.....	7
<i>Maria Regina Candido e Alair Figueiredo Duarte</i>	
A África Romana e as Reformas Políticas.....	27
<i>Cláudio Umpierre Carlan</i>	
Identidade e alteridade na África proconsular no baixo império: Romanos, berberes, judeus e cristãos (séculos III a VII da Era Comum)	38
<i>Sérgio Alberto Feldman</i>	
Onde está o Egito Antigo? Desafios do ensino de História	61
<i>Raquel dos Santos Funari</i>	
Oleum afrum et hispanum.....	73
<i>José Remesal Rodríguez</i>	
A História Antiga nos materiais de ensino do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).....	89
<i>Elaine Ribeiro</i>	
O Egito Faraônico e a África Negra.....	114
<i>José das Candeias Sales</i>	
Diversidade Étnica e Cultural na África Romana: uma introdução a partir da epigrafia	138
<i>Filipe Noé Silva</i>	

O EGIPTO FARAÓNICO E A ÁFRICA NEGRA: O CASO DA XXV DINASTIA (715-664 A.C.)

*José das Candeias Sales*¹¹¹□

(Universidade Aberta,
Centro de História da Universidade de Lisboa)

INTRODUÇÃO

Para a maioria das pessoas, basta a óbvia localização geográfica para classificar o Egipto como uma civilização africana. Para a Antiguidade, tal classificação necessita, porém, de ser caldeada com outros dados histórico-linguístico-demográficos, na medida em que o Egipto foi uma civilização africana muito influenciada pelas culturas do Próximo Oriente. De facto, desde a mais recuada cronologia, o país atraiu e miscigenou agrupamentos humanos provenientes do Sul (África Negra), do Oeste (África do Norte) e do Leste (Síria-Palestina e Península Arábica), em resultado dos quais múltiplos contributos linguísticos e culturais enriqueceram a sua língua e as suas formas de organização e vivência, de modo que hoje é cientificamente aceite que estamos perante uma civilização de base linguística africana semitizada, com uma organização social, política, artística e mental profundamente africana¹¹².

No entanto, contrariando o que essa base de conhecimento nos indica, não se pode dizer que o incontornável substrato africano seja comumente salientado ou aprofundado nos trabalhos científicos no domínio da Egiptologia. Antes, pelo contrário. Não obstante as indignadas chamadas de atenção e aguerridas denúncias de muitos estudiosos africanos, por exemplo, os senegaleses Cheikh Anta Diop (1923-

¹¹¹□ E-mail: jose.sales@uab.pt

¹¹² A língua egípcia constitui um ramo autónomo de um dos quatro grandes troncos linguísticos do continente africano: o afro-asiático, na designação do linguista americano Joseph H. Greenberg, conhecido até aos anos 60 do século XX como camito-semita (termo proposto, em 1855, por Ernest Renan), denominação inadequada, mas ainda usada por alguns estudiosos (Cf. CERVELLÒ AUTUORI, Josep. **Escrituras, lengua y cultura en el Antiguo Egipto**. Barcelona: Ediciones UAB, 2016, p. 33-39).

1986)¹¹³ e Aboubacary Moussa Lam (1953-), e o congolês Théophile Obenga (1936-)¹¹⁴, bem como de outros membros da designada «Escola de Dakar», que rejeitam a visão ideológica e mistificada de uma África «sem história», cujos habitantes, os negros, objectos passivos, nunca foram responsáveis, por definição, por um único fato de civilização, é indesmentível que o estudo da civilização faraónica tem sido conduzido essencialmente por uma visão demasiado europeia e mediterrânica (eurocentrismo ou contextualização europeizante da civilização egípcia), do ponto de vista geográfico, antropológica, cultural e operacional, mais voltada para o Próximo Oriente, para a relação com a Bíblia e o Mediterrâneo, com as culturas orientais e clássicas, eivada, por vezes, de algum preconceito e de alguma desconsideração das características eminentemente africanas da antiga civilização egípcia, adulterando, por isso, intencional ou inadvertidamente, as suas problemáticas, os seus debates e as suas conclusões¹¹⁵.

A descolonização de África e a eclosão dos Estados Africanos com a consequente, natural e legítima procura das suas mais longínquas origens insistiu, por vezes de forma excessiva, em traços hoje claramente abandonados pela investigação científica, como, por exemplo, a questão do aspecto físico dos antigos Egípcios como negros, para provar que o antigo Egipto não era apenas uma civilização africana, mas negro-africana. Isto não significa que não haja outros traços de profunda ligação entre o antigo Egipto e a África Negra, como sejam as concepções culturais do sistema monárquico (instituição definidora da civilização egípcia). A relação e a proximidade de complexos culturais entre o Egipto e a África Negra devem ser, por isso, reconhecidas e estudadas.

113 Entre as suas obras, são de mencionar: *Nations nègres et culture* (1955), *Les Fondements économiques et culturels d'un Etat fédéral d'Afrique noire* (1960), *Antériorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?* (1967), *Civilisation ou Barbarie* (1981).

114 Destacam-se as suas obras *L'Afrique dans l'Antiquité – Égypte ancienne – Afrique noire* (1973), *La Philosophie Africaine de la période pharaonique. 2780-330 avant notre ère* (1990) e *Ancient Egypt and Black Africa: A Student's Handbook for the Study of Ancient Egypt in Philosophy, Linguistics and Gender Relations* (1992); *Le sens de la lutte contre l'africanisme eurocentriste* (2001) e *L'Égypte, la Grèce et l'école d'Alexandrie – Histoire interculturelle dans l'Antiquité – Aux sources égyptiennes de la philosophie grecque* (2005).

115 Cf. Id., *Egypt, Africa and the Ancient World*. In: Eyre, Christopher (ed.), **Proceedings of the VII International Congress of Egyptologists**. Leuven, 1998, p. 261, 262.

Verdade seja dita que há trabalhos interdisciplinares em Egiptologia que mostram cada vez mais as vantagens metodológicas e investigativas de conhecer a dimensão e a contextualização africana da civilização faraónica, ao mesmo tempo que provam aos africanistas ou etnólogos africanos menos rigorosos nos postulados e nos métodos ou politicamente militantes, mais engajados, por isso, na demonstração de que o Egipto antigo era uma civilização negro-africana, a necessidade de contemplar o estudo aprofundado da documentação histórico-arqueológica de foro egiptológico e não apenas propor e defender um inconsistente, acrítico e apriorístico difusionismo egípcio-africano, forçando e extremando argumentos, relações, paralelismos e comparações directas ou mediadas (teoria pan-egipcianista)¹¹⁶. Para esses Autores, é um dado adquirido a historicidade e anterioridade das sociedades africanas e a africanidade do próprio Egipto faraónico.

Ainda assim, no âmbito dos estudos egiptológicos, pode classificar-se como silenciosa a atitude dominante sobre as influências exercidas pela África profunda, designadamente, sobre o nascimento da civilização egípcia. Importa, pois, alargar o horizonte de consideração e ponderação das relações bilaterais entre o Egipto faraónico e a África Negra, com argumentos de ordem cultural, sociológica, antropológica e histórica, tendo presente algumas linhas de força que a investigação já consignou.

PERSPECTIVA TEÓRICA

São habitualmente aceites as semelhanças existentes entre as estruturas religiosas e sociais do Egipto dos faraós e de outras sociedades negroafricanas

116 Cf. Id., **Egipto y África: Origen de la civilización y la monarquía faraónicas en su contexto africano**. Sabadell: Editorial AUSA, 1996, p. 25, 26, 35. Apostar, por exemplo, na história literária comparada, isto é, na comparação temática, estrutural, de sentidos e objectivos de contos e criações da literatura egípcia com narrativas orais negro-africanas, quebrando a realidade académica típica da Egiptologia e valorizando o contexto geográfico-cultural africano subjacente à civilização egípcia (Cf. Id., “Los dos hermanos” en la literatura neoegeípcia y en la tradición oral negro-africana. Una lectura comparada. In: Cervelló Autuori, Josep; Quevedo Álvarez, Alberto J. (eds.), **...ir a buscar leña. Estudios dedicados al Prof. Jesús López**. Aula Aegyptiaca – Studia 2, Barcelona: Aula Aegyptiaca, 2001a, p. 55-66). Já os estudos pseudo-lexicológicos merecem grande reserva e devem ser encarados com maior prudência, pois forcem amíúde relações e comparações sem grande sustentação, carecendo, por vezes, de um maior conhecimento da antiga língua egípcia (Id., **Egipto y África**, p. 35, 36; Id., **Africanística, Egiptología, difusionismo y sustrato**. In: Cervelló Autuori, Josep (ed.), **África Antigua. El antiguo Egipto, una civilización africana** (Aula Aegyptiaca – Studia 1), Barcelona, 2001b, p. 82).

modernas e mais antigas, como a nilótico-sahariana. Da mesma forma, estão provadas as similaridades existentes entre certos ritos, cultos e cerimónias, explicações cosmogónicas, crenças espirituais, narrativas literárias. Não se conseguem evitar os paralelismos entre a realeza divina, a função cósmica-militar do faraó e alguns dos elementos dos seus *regalia* (exemplo, ceptros e coroas) com o que se conhece para determinadas comunidades africanas. Do ponto de vista material e da vida quotidiana, assinalaram-se as similitudes na cerâmica, nos motivos decorativos, nos encostos de cabeça, na cestaria, na indumentária, na mumificação, na circuncisão, nos instrumentos musicais, nos utensílios agrícolas e de caça, nos bastões de comando, nas maçãs, nos ceptros, nas armas, nos jogos, nos ornamentos corporais (ex.: estojos fálicos, caudas de touro), nos penteados (ex.: cones de perfume, uso de plumas), etc.¹¹⁷ Percebe-se claramente que certos animais ou despojos de animais que vemos representados na arte egípcia só podem ter derivado da intensa relação e proximidade entre as culturas do Vale do Nilo e as da África Negra, como sejam a título de exemplo, o babuíno, *Papio hamadryas* (inexistente na fauna autóctone do Egípto)¹¹⁸ e a pele de leopardo que era usada pelos homens das camadas sociais egípcias mais elevadas (sacerdotes-*sem*, encarregues do culto funerário do faraó), como símbolo de poder e de destaque litúrgico.

Os paralelismos civilizacionais e de cultura material que se observam entre o antigo Egípto e a África, antiga e moderna, devem-se ao designado substracto cultural africano comum, uma realidade virtual, um paradigma de aspectos que resultaram de transmissão directa, continuada, intencional, e de processos indirectos ou latentes, descontínuos e inconscientes. Entre os elementos mais destacados e definidores deste substracto pan-africano está a realeza divina, em que o rei apresenta um carácter cósmico e religioso, dotado de poder sobre as forças da natureza (rei agrário, ligado à fertilidade), e realiza cerimónias político-simbólicas de entronização e rejuvenescimento do poder. Assim sendo, mesmo sem se cair em teses difusionistas

117 Ibid., p. 81; Id., **Egípto y África**, p. 69-80.

118 O babuíno acabaria por ganhar relevo no antigo Egípto como animal sagrado de Tot (em egípcio, Djehuti), o deus da escrita e da sabedoria.

inconsistentes ou usar métodos comparatistas abusivos, dada a distância que separa algumas das culturas comparadas, é possível explicar as origens da realeza divina africana, incluindo a do antigo Egito, e as semelhanças entre as distintas monarquias que a representaram como resultado de processos paralelos sobre um fundo comum¹¹⁹.

ESTUDO DE CASO

RELAÇÕES EGÍPTO-NÚBIA: IMPÉRIO ANTIGO

Um dos aspectos e momentos mais marcantes e demonstrativos dos profundos elos de relação do Egito e da África Negra (Núbia) diz respeito à designada XXV Dinastia, quando, entre 715 e 664 a.C., os soberanos núbios dominaram politicamente o Egito e se produziu um profundo encontro cultural entre estas duas zonas de África que deixaria eloquentes testemunhos em ambas as culturas, alguns dos quais permanecem visíveis até aos nossos dias.

Antes de considerar esse interessante momento da história egípcia, importa atender, ainda que de forma panorâmica, às relações entre o Egito e a Núbia nos períodos anteriores. São, de facto, abundantes e múltiplas as provas materiais das profundas conexões existentes, logo desde épocas pré-históricas e proto-históricas, entre o Egito e a Núbia (Cultura dos Grupos A e C). Os textos egípcios deixam perceber que na época histórica a penetração do Egito na África Negra, seja mais a norte, na Baixa Núbia (Uauat), entre a primeira e a segunda cataratas do Nilo, seja a sul, na Alta Núbia (Kuch), até à quarta catarata, seja ainda mais a sul, no país de Punt (provavelmente a zona da actual Somália, atingida pelo mar Vermelho), foi conduzida, essencialmente, pela perspectiva comercial, de acordo com os gostos e desejos das elites egípcias interessadas na posse de bens e produtos pelo seu valor económico, mas também pelo seu significado cultural ou artístico: obtenção de ouro, produtos agrícolas, gado, madeiras (ébano), marfim, incenso, pedras preciosas e semi-preciosas, perfumes, peles

119 Cf. *Ibid.*, p. 122.

de leopardo, plumas e ovos de avestruz, bem como de outros animais exóticos, como macacos, girafas (*Giraffa camelopardalis*) e elefantes (*loxodonta africana*)¹²⁰.

Tal documentação (por exemplo textos autobiográficos de particulares¹²¹) dá conta de várias expedições comerciais e também de campanhas punitivas, logo no Império Antigo, sob o comando de vários governadores egípcios do Alto Egito (Uni, Herkhuf, Pepinakht, Mekhu e Sabni), todos altos funcionários da VI dinastia (sob os reinados de Teti, Pepi I, Merenré, Pepi II, nos séculos XXIV a XXI a.C.), com túmulos rupestres em Qubbet el-Haua, Assuão¹²². Pela «biografia de Uni», por exemplo, alto

120 Cf. KEMP, B. J. Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt. In: Garnsey, P. D. A.; Whittaker, C. R. (eds), **Imperialism in the Ancient World: The Cambridge University Research Seminar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 33; FRANDSEN, P. J. Egyptian Imperialism. In: Larsen, M.T. (ed.). **Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires** (Mesopotamia 7). Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979, p. 179; FISHER, Marjorie M. The History of Nubia. In: Fisher, M. M.; Lacovara, P.; Ikram, S.; D'Auria, S. (eds.), **Ancient Nubia. African kingdoms of the Nile**. Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2012, p. 16; ARAÚJO, Luís Manuel de. **O Egito faraônico. Uma civilização com três mil anos**. Lisboa: Arranha-céus, 2015, p. 32, 33, 45; ASENSI AMORÓS, Maria Victoria, Madera de Egito, madeira importada. I: Contribución del estudio de la anatomía de la madera para la comprensión de la civilización egípcia. In: Cervelló Autuori, Josep; Quevedo Álvarez, Alberto J. (eds.), **...ir a buscar leña. Estudios dedicados al Prof. Jesús López**. Aula Aegyptiaca – Studia 2, Barcelona: Aula Aegyptiaca, 2001, p. 27, 28. Uauat, a Baixa Núbia, estendia-se entre a primeira catarata (a norte) e a área designada *Batn el-Hagar*, um estreito do Nilo, a sul da segunda catarata. Kuch, designação usada inicialmente para a Alta Núbia, veio, depois, no Império Novo, a aplicar-se a toda a Núbia. A região era habitada pelo sedentário Grupo-C núbio, identificado nos textos egípcios como *Nehesiu*, «os pretos», mostrados na arte pictórica com uma cor mais escura do que o tom acastanhado dos Egípcios (Cf. FLAMMINI, Roxana. Ancient core-periphery interactions: Lower Nubia during Middle Kingdom Egypt (CA 2050-1640 B.C.). **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, Volume XIV, Number 1, 2008, p. 53). Na literatura, há também outras expressões para designar os Núbios: *Iunuty-sety* e *Setiu*, isto é, «os do arco», tendo por referência ou por elemento referencial a sua principal arma de combate.

121 Embora destinadas à posteridade, protegendo o nome dos seus proprietários do esquecimento, ou seja, como se dizia em egípcio, destinadas a «fazer viver os seus nomes», estas autobiografias de particulares, inscritas nas paredes das capelas funerárias das suas mastabas ou dos seus túmulos rupestres nas necrópoles fornecem, no fundo, o auto-retrato elogioso do morto, *imakhw*, com o seu nome, títulos e ações mais destacadas, qual história curricular pessoal, enfatizando na sucessão dos acontecimentos aqueles que maior glória lhe conferiram durante a sua vida (Cf. ERMAN, Adolf. **Life in Ancient Egypt**. New York: Dover Publications, 1971, p. 108; LALOUETTE, Claire. **La Littérature Égyptienne**. Paris: PUF, 1981, p. 8, 9, 22, 23, 25; Id., **Au royaume d'Égypte. Le temps des rois-dieux**. Paris: Fayard, 1991, p. 14).

122 Cf. ROCCATI, Alessandro. **La littérature historique sous l'Ancien Empire**. Paris: Éditions du Cerf, 1982, p. 193, 194, 200-211, 214-220; BREASTED, James Henry. **Ancient Records of Egypt, Volume I. The first to the Seventeenth Dynasties**, Chicago: The University of Chicago Press, 1906, p. 134, 142-144, 161-163; WILSON, John A. Egyptian Historical Texts. In: Pritchard, James, **Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament, Third edition with supplement**. New Jersey: Princeton University Press, 1969, p. 227, 228; GARDINER, Alan. **Egypt of the Pharaohs. An introduction**. Oxford: Oxford University Press, 1961, p. 95, 96; LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature. A book of readings. Volume I: The Old and the Middle Kingdom**. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1975, p. 19, 20; LALOUETTE, Claire. **Textes sacrés et textes profanes de l'ancienne Égypte. 1. Des Pharaons et des hommes**. Paris: Gallimard, 1984, p. 165, 166; VALBELLE, Dominique. **Les neufs arcs. L'égyptien et les étrangers de la Préhistoire à la conquête d'Alexandre**. Paris: Armand Colin, 1990, p. 45, 48, 49;

personagem da corte de Mênfis, confidente e favorito do faraó Pepi I, sabemos que nas campanhas vitoriosas travadas sobretudo na fronteira nordeste do país, permitindo a segurança das pistas caravaneiras que vinham dos longínquos países mesopotâmios ou da Arábia, ele usou recrutas originários de cinco tribos da Núbia (Irtjet, Medja, Yam, Uauat, Kaau). Na época não existia ainda no Egipto um exército regular e o levantamento/ recrutamento das tropas realizado nomeadamente na Núbia significa o funcionamento de um Estado forte e actuante, capaz de, em proveito próprio, coercivamente, utilizar os serviços de «dependentes» (*mertu*) ou de «trabalhadores ao serviço» (*baku*). A biografia de Pepinakht, «o intendente dos países estrangeiros», príncipe de Elephantina e chefe do exército egípcio que viveu no final da VI dinastia, sob o reinado de Pepi II, relata as duas missões de firme pacificação da agitação na Núbia por ele dirigidas, feitas à custa do aprisionamento dos chefes das tribos núbias e dos seus soldados. No Primeiro Período Intermediário, muitos destes indivíduos encontravam-se já integrados na sociedade egípcia, nos contingentes militares, como arqueiros e num novo corpo de polícia (os *medjaiu*), embora conservando alguns sinais exteriores da sua própria cultura¹²³.

Já nos reinados anteriores de Aha (c. 3000 a.C., I Dinastia), de Djoser (2668-2649 a.C., III Dinastia), de Seneferu (2613-2589 a.C., IV Dinastia), de Khafré (2558-2532 a.C., IV Dinastia), de Sahuré (2491-2477 a.C.; V Dinastia) e de Djedkaré-Isesi (2414-2375 a.C., V Dinastia) haviam sido conduzidas campanhas egípcias na Núbia quer por razões militares quer económicas¹²⁴. Os relatos oficiais da chancelaria real do fundador da IV Dinastia, Seneferu (os chamados «anais de Seneferu», inscritos na «Pedra de Palermo»), por exemplo, dizem-nos que este faraó conduziu expedições militares, nomeadamente na Núbia e na Líbia, com o objectivo de conseguir gado, matérias-primas e cativos, estes destinados a aumentar a força de trabalho disponível. Foi assim que «*Arrasou o país dos Núbios. Trouxe prisioneiros: 7.000; bovinos*

BONHEME, Marie-Ange; FORGEAU, Annie. **Pharaon – Les secrets du pouvoir**. Paris: Armand Colin, 1988, p. 108; FISHER, op. cit., p. 18, 19.

123 Cf. VALBELLE, op. cit., p. 45, 70, 82.

124 Cf. FISHER, op. Cit., p. 18, 19; CLAYTON, Peter. **Chronique des pharaons. L'histoire règne par règne des souverains et des dynasties de l'Égypte ancienne**. Paris: Casterman, 1995, p. 20,

grandes e pequenos: 200.000». De forma coerciva, as forças militares de Seneferu em expedição fizeram apreensões e, em consequência, chegaram, portanto, ao Egito 7.000 Núbios (*nehesiu*)¹²⁵. A preocupação de recenseamento exaustivo (de gado e de prisioneiros) acompanhava as preocupações de interesse económico, de controlo dos meios de produção e de gestão da mão-de-obra e sua contabilização, tarefas autoimpostas pelo poder central egípcio¹²⁶.

Aos interesses comerciais rapidamente se associaram, portanto, as motivações político-militares: estabelecer uma forte presença militar egípcia capaz de garantir uma certa pacificação e controlo da Núbia que, por sua vez, dessa forma, assegurasse a pretendida circulação e transporte dos produtos para território egípcio.

Sob os faraós da VI dinastia, com a inauguração de uma diferente política de expedições regulares de exploração comercial, os príncipes das tribos núbias de Irtjet, Uauat, Yam e Medja pagavam um tributo ao Egito (em madeiras e em guerreiros) e forneciam já um corpo especial de polícia para os soberanos egípcios. Com a diminuição dos contactos comerciais no final do Império Antigo e durante o Primeiro Período Intermediário, sem uma autoridade central firme e activa, a população da Baixa Núbia e das terras sudanesas, ampliada pela chegada de imigrantes do sudoeste, volta a ganhar controlo sobre as suas terras e os Egípcios foram expulsos de algumas das suas possessões a sul, caídas, então, sob o controlo do emergente reino local de Kuch, com sede em Kerma, a montante da terceira catarata.

RELAÇÕES EGÍPTO-NÚBIA: IMPÉRIO MÉDIO

Seria só com o restabelecimento e fortalecimento do poder faraónico que se retomaria a exploração dos recursos da Núbia por parte do Estado egípcio, agora de forma bastante mais intensa e planeada. Os reinados de Mentuhotep I¹²⁷, Mentuhotep II e Mentuhotep III, na XI Dinastia (séculos XXII-XX a.C.), marcam um esforço sério

125 Cf. LALOUETTE, Claire. **Thébes ou la naissance d'un Empire**, Paris: Fayard, 1986, p. 65, 69.

126 Cf. VALBELLE, op. cit., p. 36, 43, 65, 66.

127 A Mentuhotep I são atribuídas duas expedições com o objectivo de recolherem impostos: uma comandada por Djemi, «chefe dos soldados e chefe dos intérpretes», e outra por Ankhtifi, príncipe de Moalla.

de controlo do Sul, com percepção de vários tributos, que prosseguiu, já como política de anexação da rica região núbica, nos reinados de Amenemhat I, Senuseret I, Amenemhat II e Senuseret III, na XII Dinastia, sobretudo na área a sul da primeira catarata.

Sob os faraós da XII Dinastia, no Império Médio, ganha consistência a política de construção de grandes fortalezas entre a primeira e a terceira cataratas, com uma linha de fortificações então erigidas ao longo das margens do Nilo ou em ilhotas na zona das cataratas que integrava, entre outras, as fortalezas de Kor, Dorginarti, Buhen, Dobenarti, Mirgissa, Askut, Shalfak, Uronarti, Semna, Semna Sul e Kumma (enunciadas de norte para sul)¹²⁸.

Se as catorze fortalezas erguidas até à segunda catarata no militarizado reinado de Senuseret I parecem ter sido construídas essencialmente por motivos económicos (controlo do comércio com a Alta Núbia, nomeadamente no que se refere aos produtos agrícolas e mineiros), os reinados de Amenemhat II (1928-1895 a.C.) e Senuseret II (1895-1878 a.C.), terminada provisoriamente a fase de conquista, foram marcados por uma total ausência de actividades militares nas relações com a Núbia. O único feito militar de vulto do reinado de Amenemhat II foi precisamente a inspecção das fortalezas de Uauat por um funcionário régio, acção que, no fundo, se limitou a verificar o clima de paz que então reinava naquela zona. Já as quatro brutais campanhas devastadoras de Senuseret III (1878-1841 a.C.), nos anos 8, 10, 16 e 19 do seu reinado, visando proteger a fronteira sul do Egipto das incursões dos belicosos vizinhos e garantir o domínio da fronteira sul e das suas rotas comerciais e mineiras, revelam a importância que a Baixa Núbia adquirira para o Egipto como *interface* entre o país e a Alta Núbia e, além da entrada definitiva em funcionamento da linha de oito fortificações que completou e ampliou a política iniciada por Senuseret I, foram acompanhadas igualmente pelo estabelecimento de uma administração separada para

128 Cf. ARAÚJO, op. cit., p. 34; FERREIRA, Eduardo, **Fortificar o Nilo. A ocupação militar egípcia da Núbia na XII Dinastia (1980-1790 a.C.)**. Lisboa: Chiado Editora, 2016; FISHER, Marjorie M.; LACOVARA, Peter; IKRAM, Salima; D'AURIA, Sue (eds.). **Ancient Nubia. African kingdoms on the Nile**. Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2012, p. XV.

as questões do Sul (Elefantina e Baixa Núbia), através de um conselho de grandes dignitários (*djadjat*) que reportava directamente ao vizir¹²⁹.

Todas estas fortalezas construídas dominavam a segunda catarata do Nilo, onde o rio estreita, numa distância de apenas 64 Km, e tinham contacto visual umas com as outras que lhes permitia comunicar entre si (através de sinais de fumo) em caso de eventuais ataques. As fortalezas de Buhen (mais a norte) e de Kumma (mais a sul) assumiam enorme valor estratégico, facilitando o controlo das caravanas e das embarcações de mercadorias, devido precisamente à escassa largura do rio¹³⁰.

Todas estas fortalezas núbias construídas no Império Médio, actualmente submersas, devido à construção da Barragem de Assuão (Saad el-Aali) nos anos 60 do século XX, que fez subir as águas a montante da mesma, dos 120 aos 182 metros, eram feitas de adobes secos ao Sol. Tinham torreões de defesa circulares ou semicirculares, munidos de fendas, mais elevadas do que o resto das muralhas, donde os soldados controlavam e protegiam o comércio que era monopólio da coroa egípcia. As seteiras nas muralhas e nas torres semicirculares permitiam cobrir todos os ângulos de tiro sobre largos fossos.

O facto militar mais importante do Império Médio foi, portanto, realmente, a anexação definitiva da Núbia setentrional, englobando o país de Uauat (a Baixa Núbia) e parte de Kuch (a Alta Núbia), com o objectivo de assegurar o afluxo ininterrupto de minerais e de produtos exóticos¹³¹. Como escrevem explicitamente Husson e Valbelle: *«Ce sont les minéraux □ pierres de construction, pierres dures, métaux et produits divers comme la galène ou le natron □ qui justifient l'intérêt que les Égyptiens leur ont porté de tout temps, annexant même les déserts voisins les plus dignes d'attention:*

129 Cf. CLAYTON, op.cit., p. 80, 85; FISHER, op. cit., p. 21, 22; GRIMAL, Nicolas. **Histoire de L'Égypte ancienne**. Paris: Fayard, 1988, p. 204; CALLENDER, Gae. The Middle Kingdom Renaissance (c. 2055-1650 BC). In: Shaw, Ian, **The Oxford history of Ancient Egypt**. Londres: Oxford University Press, 2000, p. 166.

130 Sobre a fortaleza de Buhen, Cf. SALES, José das Candeias. A Fortaleza de Buhen. Um Ponto Estratégico para o Egípto do Império Médio. **Gaudium Sciendi**, Lisboa, Número 8, 2015, p. 73-97.

131 Cf. MANLEY, Bill. **Atlas historique de l'Égypte ancienne. De Thèbes à Alexandrie: la tumultueuse épopée des pharaons**. Paris: Éditions Autrement, 1998, p. 37.

Le Sinai et le désert oriental nubien.»¹³² Nesta última região, Buhen, a mais antiga base egípcia a sul da primeira catarata, torna-se de novo um entreposto vital na percepção do regular pagamento dos tributos núbios.

RELAÇÕES EGÍPTO-NÚBIA: IMPÉRIO NOVO

No Império Novo (c.1550 - c.1069 a.C.), as fortalezas passam a ter uma função mais simbólica do que defensiva, mantendo, no entanto, a sua importância estratégica como polos comerciais ou não fosse a dominação egípcia de exploração colonialista. Neste período, na continuação da dominação da Núbia pelo Egípto (reinados de Tutmés I, Tutmés III, Amenhotep III e Ramsés II), foram também construídos vários templos, *speos* ou *semi-speos*, dedicados a divindades egípcias e núbias, como os santuários de Soleb, Sedeinga, Faras, Beit el-Uali, Gerf Hussein, Uadi es-Sebua, Amada, Amara Oeste, El-Derr, Kuban, Aniba, Argo, Akhcha, Kerma, ou os famosos templos de Abu Simbel, quais bastiões do poderio mágico da supremacia das divindades egípcias¹³³.

Na Núbia foi, então, implementado o sistema do vice-reinado, com um representante-delegado de confiança do poder central, um alto-funcionário assistido por uma administração de escribas específicos, designado pelo título *sa-nesu en Kuch*, «filho real de Kuch» (instituído no final da XVII Dinastia pelo faraó Kamés¹³⁴ e em vigor até à extinção da XVIII Dinastia e abandono da Núbia) que não apresentava, porém, qualquer ligação biológica com a família real egípcia, mas que reportava directamente ao faraó. Tratava-se de uma filiação puramente honorífica. O território foi sempre uma província, anexada, dirigida e explorada intensivamente como tal. A Baixa Núbia/ Uauat foi a zona com uma sujeição mais estreita, mais vinculativa, quase

132 HUSSON, Geneviève; VALBELLE, Dominique. *L'état et les institutions en Égypte. Des premiers pharaons aux empereurs romains*. Paris: Armand Colin, 1992, p. 59.

133 Cf. FISHER, op. cit., p. 27-31; SALES, José das Candeias. Recuperação do património arquitectónico: o caso de Abu Simbel. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, Lisboa, III Série, nº 6. Estudos do Património, p. 29-66, Outubro, 2005, p. 29-66.

134 O primeiro «filho-real de Kuch» foi Turi. Os atributos desta figura administrativa eram receber tributos, lançar *raids* repressivos aquando da ocorrência de raras rebeliões, supervisionar a exploração das minas de ouro e a construção de monumentos (Cf. VERNUS, Pascal; YOYOTTE, Jean. *Les pharaons*. Paris: MA Editions, 1988, p. 74).

anexação, que justifica, segundo alguns autores, a designação “império formal” usada para a caracterizar¹³⁵.

No Império Novo, apesar de os textos e as ilustrações formais egípcias enfatizarem, de forma permanente e repetida, uma filosofia de conquistas, vitórias e dominação absolutas, o espaço territorial sob dominação egípcia não foi, portanto, homogêneo, nem no tipo de administração nem no nível de presença. Houve significativas diferenças entre a administração da coroa egípcia a sul e a norte: a Ásia ocidental foi um território de campanhas, vassalagem e tributos e a Núbia, continuação sul do vale do Nilo, foi uma criação administrativa¹³⁶. Seja como for, no fim do Império Novo, a Núbia estava fortemente egipcianizada e o culto a Amon, por exemplo, perfeitamente estabelecido, ficando na montanha de Guebel Barkal o seu principal santuário, como duplo do Amon tebano¹³⁷.

RELAÇÕES NÚBIA-EGIPTO: TERCEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO – A XXV DINASTIA

Depois de 1069 a.C., iniciou-se uma nova fase da história do Egípto (tradicionalmente designada como Terceiro Período Intermediário), que se estenderia até 664 a.C., e que é genericamente caracterizado por significativas mudanças na organização política, social e cultural do Egípto, muitas delas resultantes de substantivos influxos de populações não-Egípcias, designadamente líbias e núbias, que viriam a substituir o governo centralizado egípcio por emergentes centros locais de poder e, ao mesmo tempo, alterar o perfil populacional do vale do Nilo. A fragmentação

135 Cf. VERNUS, Pascal, Los barbechos del demiurgo y la soberanía del faraón. El concepto de “imperio” y las latencias de la creación. In: Campagno, M.; Gallego, J.; Garcia Mac Gaw C. G. (comps.), **El Estado en el Mediterráneo antiguo. Egipto, Grecia. Roma**, Buenos Aires: Miño y Dávila. 2011, p. 18.

136 Cf. GALÁN, José Manuel. **El Imperio Egípcio. Inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.** Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona/ Editorial Trola, S.A., 2002, p. 27; KEMP, B. J. Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt. p. 20, 43, 44.

137 Cf. GRIMAL, op. cit., p. 403; DIXON, D. M. The Origin of the Kingdom of Kush (Napata-Meroë). **Journal of Egyptian Archaeology Volume: 50 issue: 1**, 1964, p. 131-132. O clero núbio de Amon, como o seu homónimo de Tebas, cresceu em poder, exercendo uma influência cada vez maior sobre a autoridade política, até ao momento em que, finalmente, acabou também por tomar o poder (Cf. CLAYTON, op. cit., p. 190).

e descentralização do país em resultado destas alterações é o traço de distinção mais marcante do Terceiro Período Intermediário em relação ao Império Novo¹³⁸.

Com a progressiva desagregação da estrutura central de poder no período pós-raméssida, incluindo a XXI Dinastia, o período da «teocracia amoniana», quando os sacerdotes de Amon acabam por assumir todas as prerrogativas faraónicas (iguais em estatura em relação aos deuses, adornados com os *regalia* e tendo os nomes inscritos em cartelas) e governar através dos oráculos de Amon, Mut e Khonsu, que denota uma mais aparente do que real unidade, e, depois, as XXII e XXIII Dinastias líbias (de Tânis e de Leontópolis, respectivamente), o Egipto perde autoridade na Núbia, deixando de garantir o importante controlo da exploração mineira e das rotas comerciais da África sub-sahariana¹³⁹. A Baixa Núbia conhece um assinalável despovoamento para o qual têm sido avançadas várias explicações, desde a descida acentuada das águas do Nilo, até à transformação das populações em nómadas, passando pelo colapso da indústria mineira. O desaparecimento populacional que a arqueologia constata, não significou, logicamente, que os Núbios tivessem deixado de existir. De facto, a Núbia prossegue a sua própria marcha, fundando mesmo Napata como reino independente de Kuch.

Se durante o Império Novo o Egipto submeteu a Núbia, na segunda metade do século VIII a.C. foram os reis de Napata que dominaram o Egipto, constituindo a XXV Dinastia (715-656 a.C.). Esta Dinastia constitui, pois, um estudo de caso, revelador dos laços de dependência e interligação entre duas áreas geográfico-culturais adjacentes e intercomunicantes. Mas o aspecto, talvez, mais significativo da dinastia dos «faraós negros» (Pié/ Piankhi, Chabaka, Chabataka, Taharka e Tanutamun), que trouxe um novo élan à história egípcia, foi o facto de o Estado sob a sua dominação ter sido o mais extenso jamais criado na região do Nilo¹⁴⁰. Apesar de gorada, a tentativa

138 Cf. TAYLOR, John, 12. The Third Intermediate Period (1069-664 BC). In: Shaw, I, (ed.), **The Oxford History of Ancient Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 330, 341. De uma forma simples, pode dizer-se que o Terceiro Período Intermediário é o ciclo da história egípcia de um pouco mais de 400 anos que ocorre entre a perda de unidade no final do Império Novo (1069 a.C.) e a restauração da autoridade centralizada sob Psamtek I, na XXVI Dinastia, em 664 a.C. (Cf. *Ibid.*, p. 368).

139 *Ibid.*, p. 333-335.

140 Na bibliografia da especialidade, a XXV Dinastia é apelidada indiscriminadamente de Dinastia Kuchita, Dinastia Etíope ou Dinastia Núbia.

restauracionista da autonomia egípcia intentada pela dinastia núbia permanece como um momento ímpar e um testemunho histórico eloquente da operação do elemento africano comum inerente às culturas núbia e egípcia.

A pompa da corte e da arte real do reino kuchita voltaram a egipcianizar-se (o egípcio era a língua da corte e os hieróglifos o tipo de escrita empregue nos monumentos), enquanto continuava a assimilação por parte da civilização núbia de alguns motivos culturais egípcios, em especial de ordem religiosa (divindades). Mas alguns aspectos da cultura kuchita mantiveram-se originais, em especial os relacionados com a realeza (o sistema de eleição dos reis, o papel das rainhas – as chamadas *candaces* pelos autores clássicos –, o ritual funerário régio)¹⁴¹. De facto, a ideologia da realeza incorporava determinados elementos egípcios, mas foi modificada com subtis mas significativas alterações na iconografia real: duplo *uraeus* regularmente representado nas frentes das estátuas dos faraós¹⁴², desaparecimento nas representações da coroa azul, enquanto o toucado justo à cabeça, qual touca, se tornou comum nas representações, tanto na sua forma básica como com bandas adicionais, um aditamento distintivo kuchita¹⁴³. Da mesma forma, o modo de transmissão da realeza era distinto do praticado no Egipto: enquanto aqui prevalecia a regra da sucessão de pai para filho, na Núbia nem sempre o poder passava de pai para filho, podendo também ser transmitido para o irmão do rei falecido¹⁴⁴.

Pié/ Piankhi (747-716 a.C.), o primeiro grande monarca do reino núbio, subiu ao poder na Núbia em 747 a.C. e nos primeiros dez anos do seu reinado, descendo o Nilo, chegou ao Egipto e apoderou-se de Tebas, sem grande resistência, tendo conseguido o apoio do influente sacerdócio amoniano. A penetração núbia não foi considerada como uma invasão, mas mais como um movimento de restauração do

141 CERVELLÒ AUTUORI, 1996, p. 435; MORKOT, Robert G. Kings and Kingship in Ancient Nubia. In: Fisher, M. M.; Lacovara, P.; Ikram, S.; D'Auria, S. (eds.), **Ancient Nubia. African kingdoms of the Nile**. Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2012, p. 123, 124.

142 Cf. VERNUS, YOYOTTE, op. cit., p. 55. Vejam-se as numerosas figuras onde tal pode ser observado em BONNET, Charles; VALBELLE, Dominique. **The nubian pharaohs. Black kings on the Nile**. Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2006, p. 71, 74, 75-77, 83, 85, 88-90, 94-96, 97, 102, 103, 118, 119, 121-125, 141.

143 Cf. MORKOT, op. cit., p. 120, 121.

144 Cf. TAYLOR, op. cit., p. 355

antigo estado de coisas, de união do Alto e do Baixo Egípcio e de afirmação da supremacia de Amon. Neste sentido, apropriadamente, o nome de Hórus de Pié/ Piankhi aludia à pretendida união do Egípcio: Semataui, «O que une as Duas Terras». O Alto Egípcio rapidamente capitulou e mesmo Mênfis, após alguma resistência inicial, acabaria por ser tomada¹⁴⁵. Facto importante neste relacionamento núbio-egípcio em torno da adoração a Amon foi a adopção da irmã de Pié/ Piankhi, Amenirdis I, como sucessora, pela Divina Adoradora em funções (Chepenuepet II), o que garantiu o domínio núbio da região tebana por vários anos. Quando passou por Tebas, o faraó núbio não deixou de celebrar aí a festa do Ano Novo e a importante festa de Opet, quando a barca de Amon era transportada de Karnak para Luxor, respeitando e venerando, portanto, o grande deus Amon, também adorado na Núbia.

Por fim, Pié/ Piankhi regressou a Napata, sede do seu governo, deixando a situação política no Egípcio, sobretudo no Norte, virtualmente sem modificações, ao confirmar os vários reis locais, durante, pelo menos, uma década. Na capital kuchita há vestígios de construções de Pié/ Piankhi no templo de Amon, em Guebel Barkal, a «Montanha Pura» (*dju uab*), datado do tempo de Tutmés III¹⁴⁶. Fruto do seu apreço pela cultura egípcia, Pié/ Piankhi não só adoptou o nome de coroação do faraó egípcio da XVIII dinastia Tutmés III (Menkheperré, «Estável é a manifestação do deus-sol Ré»), como foi enterrado na necrópole de Kurru, num túmulo de forma piramidal, encimando a câmara sepulcral abobadada, inspirado claramente nos monumentos funerários do Império Antigo egípcio¹⁴⁷.

O sucessor de Pié/ Piankhi foi **Chabaka** (716-702 a.C.), seu irmão, e a ele se deve nova campanha em território egípcio, logo em 715 a.C., e a efectiva fundação da

145 Cf. *Ibid.*, p. 353.

146 O templo de Amon, em Guebel Barkal, tornou-se uma espécie de réplica do templo de Karnak e praticamente todos os soberanos núbios tinham o desejo de o ampliar e embelezar (Cf. BONNET; VALBELLE, *op. cit.*, p. 67).

147 Os faraós da dinastia kuchita fizeram-se inumar na necrópole de Kurru, a 25 Km de Napata, na margem direita, onde repousavam já os seus antepassados, em túmulos de fortes características núbias, circulares ou com uma superestrutura estilo mastaba sobre o poço funerário, onde era colocado o corpo. Mais tarde, os túmulos passarão a apresentar características mais inspiradas na arquitectura egípcia (estrutura em mastaba acompanhada de capela de oferendas, no interior de uma área delimitada por muros). As pirâmides kuchitas diferem das antigas pirâmides egípcias por serem mais pequenas e terem ângulos de inclinação mais agudos (Cf. TAYLOR, *op. cit.*, p. 352, 353, 355; CLAYTON, *op. cit.*, p. 191, 192; DIXON, *op. cit.*, p. 129).

XXV Dinastia, depois de vencer o último faraó da XXIV Dinastia, Bakenrenef/Bochoris. Em resultado do poder militar núbio, o Egipto era agora formalmente anexado por Kuch. Manifestando igualmente respeito e veneração pela tradição religiosa e cultural do Egipto deixou igualmente vestígios de uma activa acção de construção e restauro em templos divinos em vários centros religiosos (Ptah: Mênfis, Amon: Tebas, Osiris: Abidos, Hathor: Dendera, Khnum: Esna e Hórus: Edfu), no fundo como actos intencionais destinados a permitirem o seu reconhecimento e legitimação como autêntico faraó, filiando-o na linhagem ideológica dos faraós autóctones¹⁴⁸. Seguindo a linha política iniciada pelo irmão, Chabaka adoptou como nome de coroação Neferkaré, «Perfeito é o *ka* de Ré». O regresso aos valores tradicionais egípcios comandava a sua actuação.

Coerentes com este propósito, aliás, os faraós da XXV Dinastia escolheriam também Mênfis para sua residência oficial no Egipto e procederiam a um revivalismo artístico, literário e religioso que os ligava intencionalmente a esta antiga cidade capital e ao Império Antigo¹⁴⁹. Tebas permaneceria ainda como cidade de elevado estatuto, mas o poder do seu sumo sacerdote foi fortemente eclipsado pela «Esposa Divina de Amon», uma princesa celibatária, geralmente da família real, sendo que cada uma destas «esposas do deus» adoptava a sua sucessora dentre os membros mais jovens da família real, garantindo, assim, a continuidade da instituição e eliminando o possível surgimento de uma dinastia de base tebana que ameaçasse a autoridade política do rei núbio.

O reinado de Chabaka (cerca de 15 anos) foi marcado por uma relativa paz a nível externo, conseguindo manter longe do Egipto as forças assírias de Sargão II, cada vez mais operantes e intervenientes na Síria-Palestina. Foi ele que se opôs com sucesso às pretensões assírias sobre o vale do Nilo. Como o irmão, foi também sepultado em

148 Cf. TAYLOR, op. cit., p. 338, 356; GRIMAL, op. cit., p. 416.

149 Neste contexto do arcaísmo literário, é de salientar a preservação do texto cosmológico conhecido como *Teologia Menfita da Criação*, que o faraó Chabaka fez gravar numa estela de basalto, hoje no British Museum, que dá a primazia como demiurgo a Ptah, o deus de Mênfis (Cf. TAYLOR, p. 355, 357).

Kurru, sendo sucedido pelo seu sobrinho Chabataka (filho de Pié/ Piankhi), que com ele exercera uma co-regência durante dois anos¹⁵⁰.

No Egipto, Djedkaré («Estável é o *ka* de Ré») **Chabataka** reinou doze anos, de 702 a 690 a.C., tendo casado com a sua tia, Amenirdis I (irmã do pai). Mantendo a tradição das princesas núbias ocuparem o cargo de Divinas Adoradoras, também a sua filha, Chepenuepet II, ocuparia o mesmo cargo, mantendo assim o domínio núbio sobre Tebas através da linhagem feminina. Prosseguiu a actividade construtora do tio, com trabalhos assinaláveis em Mênfis, Luxor e Karnak, e o seu reinado foi marcado pela vontade de afirmar o poder real no interior e no exterior do Egipto. A nível externo, com uma atitude mais agressiva do que os seus predecessores, apoiou os povos da Palestina (Judá) e da Fenícia (Sídon e Ascalon) na sua revolta contra os Assírios de Senaqueribe, o sucessor de Sargão II. Seria também sepultado em Napata, na Núbia.

O reinado seguinte pertenceu a **Taharka** (690-664 a.C., também filho de Pié/ Piankhi), considerado o mais importante rei da XXV dinastia. Ao contrário do que acontecera ao seu irmão, não foi associado ao trono em vida deste. Beneficiando, porém, da acção dos seus antecessores na contenção de revoltas no Delta do Egipto, teve um reinado de 26 anos relativamente calmo, tendo podido também, em consequência, ordenar diversos trabalhos de construção, ampliação e restauro de monumentos religiosos, com especial destaque para Medinet Habu e Karnak. Neste último complexo templário deixou um monumental quiosque como estação para as barcas sagradas, com dez colunas papiriformes abertas, de que, na actualidade, resta apenas uma de pé. Realizou também grandes construções na Núbia, em Guebel Barkal, Napata, Sanam Abu Dom, Kaua, Meroé, Semna, Kasr Ibrim, Buhen, etc.¹⁵¹ Também por razões ideológicas em torno da importância de Mênfis e dos seus deuses, Taharka foi coroado nesta cidade e usou como *praenomen* Khunefertemré ou Nefertemkhuré, «Nefertum é o seu protector», claramente numa assimilação ao deus menfita Nefertum, o filho na tríade local (Ptah/ Sekhmet/ Nefertum).

150 Cf. GRIMAL, op. cit., p. 417.

151 Cf. Ibid., p. 421.

Se, entre 677 e 673 a.C., Taharka ainda consegue com os seus aliados na Palestina repelir os Assírios, em 671 a.C., com a invasão liderada pessoalmente por Assarhadão (o substituto do assassinado Senaqueribe, seu pai), tal deixou de ser possível. Com a invasão do Egito, os Assírios tomam Mênfis, levando cativos o príncipe herdeiro e vários membros da família real¹⁵². Depois de alguns momentos de aparente recuperação do domínio sobre o Norte do Egito, Taharka capitularia, em 667 a.C., diante das forças de Assurbanípal, o rei dos Assírios que, entretanto, sucedera a Assarhadão, falecido, em 669 a.C., quando efectuava nova campanha em direcção ao Egito¹⁵³.

Taharka afasta-se para a sua longínqua capital de Napata, onde morreria em 664 a.C., sendo sepultado em Nuri¹⁵⁴. O exército assírio e os seus aliados da Fenícia, Chipre e Síria submetiriam os vassallos egípcios locais (os saítas) e chegariam até Tebas, que saquearam e que, a partir de então, perderia todo o seu esplendor. Os Kuchitas são, pois, expulsos do Egito, cabendo a Psamtek de Sais (instalado pelos Assírios como governante vassalo), restaurar a independência egípcia¹⁵⁵.

Tanutamon (664-656 a. C.), também chamado Tanutamani, feito herdeiro e coregente por Taharka, seu primo, estava decidido a voltar a dar ao Egito e à Núbia a grandeza do passado, tendo, em consequência voltado ao Egito (Elefantina, onde cultuou Khnum; Tebas, venerando Amon, e Mênfis, honrando Ptah) e derrotado os

152 Cf. TAYLOR, op. cit., p. 358; GRIMAL, op. cit., p. 422; KAHN, Dan'el. Taharqa, king of Kush and the Assyrians. *JSSEA* 31, 2004, p. 112-117.

153 Cf. BONNET; VALBELLE, op. cit., p. 148, 149

154 Taharka foi sepultado em Nuri, a norte da capital Napata, a nova necrópole localizada diante de Guebel Barkal, num túmulo também em forma piramidal. Do seu espólio funerário faziam parte mais de 10000 estatuetas funerárias. Em Nuri repousam cerca de vinte reis núbios e suas famílias. Os túmulos estão marcados por pirâmides

à egípcia, embora de dimensões muito mais modestas. As pirâmides são precedidas, a este, por capelas cultuais, lembrando os templos funerários existentes nas pirâmides egípcias. A decoração das câmaras funerárias e dos sarcófagos de granito maciço são também conformes à tradição faraônica, com os textos funerários redigidos em egípcio hieroglífico (Cf. FISHER, op. cit., p. 34).

155 Os Assírios mantiveram Necau, o pai de Psamtek, como rei de Sais, e Psamtek como rei de Athribis. Como vassalo do rei assírio, Psamtek seria conduzido para Ninive para ser educado nos modos culturais dos suseranos, que, quando Necau morreu, em 664 a.C., o reconheceriam como rei do Egito. Seria ele, contudo, como Psamtek I, a reunir novamente todo o Egito sob o seu comando, a restaurar a estabilidade do país e a marcar o regresso aos valores religiosos tradicionais e à prosperidade. Daí que se fale do «renascimento saíta» que marcaria a XXVI Dinastia, caracterizada pela profunda inspiração nos modelos dos Impérios Antigo e Médio (Cf. TAYLOR, op. cit., p. 358, 359; CLAYTON, op. cit., p. 194-196; GRIMAL, op. cit., p. 423, 425, 426 et seq.).

vassalos assírios do Delta, mas a fulgurante resposta dos exércitos assírios de Assurbanípal gorou todos os seus projectos e o rei núbio teve também de fugir para Sul, para Napata. Com a sua morte¹⁵⁶, chegou ao fim a dominação núbica do Egipto.

Depois de um século, o Egipto deixava de estar nas mãos dos Núbios. Os novos senhores eram, agora, os Assírios. O território de dominação dos Núbios volta a ser apenas Napata e assim se manteve até 593-591 a.C. (segunda fase do Período de Napata ou Período Napatano, quando o egípcio Psamtek II (595-589 a.C.), no terceiro ano do seu reinado, invade o reino kuchita, derrota o exército local perto da terceira catarata e toma a cidade, obrigando os núbios a mudarem o centro do seu reino ainda mais para sul, para a nova capital de Meroé (actual Begrauiya), entre a quinta e a sexta catarata do Nilo. Napata permanecerá, no entanto, a capital religiosa do reino. A civilização meroítica foi a directa herdeira dos kuchitas¹⁵⁷.

Mas a história kuchita iria durar ainda quase um milénio mais, até ao século IV d.C., conhecendo novo apogeu entre os séculos II a.C. e II d.C., quando os reis de Meroé dominaram todo o vale do Nilo núbio, desde a primeira ou segunda cataratas (dependendo do avanço e recuo com os Gregos e Romanos) até à sexta catarata. O reino de Meroé só cairia c. de 350 d.C., por razões difíceis de precisar a partir do registo arqueológico actual, embora, por certas evidências epigráficas, não conclusivas, se tenha sugerido uma intervenção militar do reino etíope de Axum¹⁵⁸.

A cultura de Meroé pressupõe uma continuidade e uma relação com Napata, acentuando-se o elemento autóctone face ao elemento exógeno (egípcio), que, ainda assim, continuou presente, mas de forma cada vez mais integrada e «reinterpretada». Tal verifica-se, por exemplo, na arte, onde se constata uma diferença cada vez maior entre os modelos egípcios (por exemplo, o conhecido motivo iconográfico ritual do faraó massacrando inimigos) e as realizações concretas meroíticas (onde surgem gordas rainhas-mãe massacrando inimigos)¹⁵⁹.

156 Quando morreu, Tanutamón foi também sepultado em Nuri.

157 Cf. DIXON, op. cit., p. 123.

158 Cf. SHINNIE, P. L. **Meroe. Uma civilização do Sudão**. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p. 53, 54.

159 Cf. Ibid., p. 30, 86, 88, 89.

CONCLUSÃO

A Núbia começou, como cultura especial, sofisticada, própria, no final do III milénio a.C., como uma típica cultura sub-sahariana. Em meados do II milénio a.C., devido à sua localização como corredor para a África sub-sahariana, conhece a conquista e o domínio egípcio, que se estenderia por cerca de 500 anos. Após essa dominação, a Núbia ressurgirá no século VIII a.C., com reis oriundos da região chamada Napata que, por sua vez, invadirão o Egipto e aí consolidarão o seu poder.

Os soberanos núbios da XXV Dinastia, profundamente tocados pelo sentimento egípcio, em resultado dos séculos de aculturação e egipcianização da Núbia, sendo fiéis à ortodoxia amoniana e ao sonho de glória do vale do Nilo, tão ameaçado por Líbios e Assírios, representaram um traço indelével da África Negra no universo político-cultural egípcio dos séculos VIII e VII a.C. Não destruíram a cultura egípcia, sendo, ao contrário, responsáveis pelo revivalismo dos seus estilos antigo de arte, linguagem, arquitectura e religião. Quando se retiraram do Egipto, continuaram a construir «à egípcia», em particular na sua capital de Napata, junto à montanha santa de Guebel Barkal e depois, bem mais a sul, em Meroé.

Mesmo com os apontamentos de originalidade e inovação que patentearam, os reis e a elite administrativa núbica fizeram-se representar em trajes egípcios, adoptaram os costumes funerários egípcios (mumificação, sarcófagos antropomórficos, vasos de vísceras, *chauabtis*, etc.), professaram devoção aos deuses do panteão egípcio, com destaque para Amon, e absorveram os traços materiais e arquitectónicos tradicionais nas suas construções templárias e tumulares. O intencional arcaísmo que procuraram foi uma forma ideológica de legitimação política, numa clara absorção do modo de pensar egípcio: olhar o passado (neste caso, sobretudo, o Império Antigo) e considerá-lo como idade de ouro e fonte de uma nova energia criativa. Esta profunda aculturação foi uma componente fundamental da cultura kuchita mesmo depois da Núbia ter perdido o controlo sobre o Egipto. A própria invasão núbica do Egipto significou, no fundo, que a antiga colónia, completamente egipcianizada, representava o papel de

defensora das tradições do passado, com um programa político-cultural arcaizante capaz de reorganizar o caótico estado do país.

Os autóctones da Núbia eram designados como *Nehesiu* (os pretos) e na arte pictórica egípcia a cor mais escura que lhes é dada contrasta com o tom acastanhado dos Egípcios, mas do ponto de vista cultural há mais a uni-los do que verdadeiramente a separá-los. As afinidades, assimilações e aculturações em ambos os sentidos são notáveis. Se a vinculação do Egipto ao Oriente e ao Mediterrâneo é uma evidência, com numerosas consequências histórico-civilizacionais muito importantes, a vinculação do Egipto à África Negra não pode também ser esquecida ou desprezada. O exemplo da XXV Dinastia, que revela um *continuum* cultural de extraordinário significado e recorte, é elucidativo de que é preciso recuperar a África Negra para o estudo e compreensão do Egipto antigo. Há indesmentíveis e incontornáveis traços e referentes histórico-culturais comuns. Há, portanto, um fundo africano que é preciso revelar e enfatizar. As barreiras teóricas que teimam em persistir na investigação, separando o Egipto das culturas da África Negra e não reconhecendo a atribuição cultural africana da civilização dos antigos Egípcios, necessitam de ser derrubadas e têm de dar lugar, entre muitas outras noções, à «alteridade» e à «relatividade cultural», revendo teorias e métodos. É necessário sedimentar e aprofundar a mudança epistemológica e metodológica no tratamento da África antiga. Mais: é obrigatório.

BIBLIOGRAFIA

Literatura citada

ARAÚJO, Luís Manuel de. **O Egipto faraónico. Uma civilização com três mil anos.** Lisboa: Arranha-céus, 2015.

ASENSI AMORÓS, Maria Victoria, Madera de Egipto, madera importada. I: Contribución del estudio de la anatomía de la madera para la comprensión de la civilización egípcia. In: Cervellò Autuori, Josep; Quevedo Álvarez, Alberto J. (eds.), **...ir a buscar leña. Estudios dedicados al Prof. Jesús López.** Aula Aegyptiaca – Studia 2, Barcelona: Aula Aegyptiaca, 2001, p. 23-34.

BONHEME, Marie-Ange; FORGEAU, Annie. **Pharaon – Les secrets du pouvoir**. Paris: Armand Colin, 1988.

BONNET, Charles; VALBELLE, Dominique. **The nubian pharaohs. Black kings on the Nile**. Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2006.

BREASTED, James Henry. **Ancient Records of Egypt, Volume I. The first to the Seventeenth Dynasties**, Chicago: The University of Chicago Press, 1906.

CALLENDER, Gae. The Middle Kingdom Renaissance (c. 2055-1650 BC). In: Shaw, Ian, **The Oxford history of Ancient Egypt**. Londres: Oxford University Press, 2000, p. 148-182.

CERVELLÓ AUTUORI, Josep. **Egipto y África: Origen de la civilización y la monarquía faraónicas en su contexto africano**. Sabadell: Editorial Ausa, 1996.

_____. Egypt, Africa and the Ancient World. In: Eyre, Christopher (ed.), **Proceedings of the VII International Congress of Egyptologists**. Leuven, 1998, p. 261-272.

_____. “Los dos hermanos” en la literatura neogéptica y en la tradición oral negro-africana. Una lectura comparada. In: Cervelló Autuori, Josep; Quevedo Álvarez, Alberto J. (eds.), **...ir a buscar leña. Estudios dedicados al Prof. Jesús López**. Aula Aegyptiaca – Studia 2, Barcelona: Aula Aegyptiaca, 2001a, p. 55-66.

_____. Africanística, Egiptología, difusionismo y sustrato. In: Cervelló Autuori, Josep (ed.), **Africa Antigua. El antiguo Egipto, una civilización africana** (Aula Aegyptiaca – Studia 1), Barcelona, 2001b, p. 81-98.

_____. **Escrituras, lengua y cultura en el Antiguo Egipto**. 2ª edición. Barcelona: Ediciones UAB, 2016.

CLAYTON, Peter. **Chronique des pharaons. L’histoire règne par règne des souverains et des dynasties de l’Égypte ancienne**. Paris: Casterman, 1995.

DIXON, D. M. The Origin of the Kingdom of Kush (Napata-Meroë). **Journal of Egyptian Archaeology Volume: 50 issue: 1**, p. 121-132, 1964.

ERMAN, Adolf. **Life in Ancient Egypt**. New York: Dover Publications, 1971.

FERREIRA, Eduardo. **Fortificar o Nilo. A ocupação militar egípcia da Núbia na XII Dinastia (1980-1790 a.C.)**. Lisboa: Chiado Editora, 2016.

FISHER, Marjorie M.; LACOVARA, Peter; IKRAM, Salima; D'AURIA, Sue (eds.). **Ancient Nubia. African kingdoms on the Nile.** Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2012.

FISHER, Marjorie M. The History of Nubia. In: Fisher, M. M.; Lacovara, P.; Ikram, S.; D'Auria, S. (eds.). **Ancient Nubia. African kingdoms of the Nile.** Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2012, p. 10-44.

FLAMMINI, Roxana. Ancient core-periphery interactions: Lower Nubia during Middle Kingdom Egypt (CA 2050-1640 B.C.). **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, Volume XIV, Number 1, p. 50-74, 2008.

FRANSDEN, P. J. Egyptian Imperialism. In: Larsen, M.T. (ed.). **Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires** (Mesopotamia 7). Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979, p. 167-190.

GALÁN, José Manuel. **El Imperio Egipcio. Inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.** Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona/ Editorial Trolha, S.A., 2002.

GARDINER, Alan. **Egypt of the Pharaohs. An introduction.** Oxford: Oxford University Press, 1961.

GRIMAL, Nicolas. **Histoire de L'Égypte ancienne.** Paris: Fayard, 1988.

HUSSON, Geneviève; VALBELLE, Dominique. **L'état et les institutions en Égypte. Des premiers pharaons aux empereurs romains.** Paris: Armand Colin, 1992.

KAHN, Dan'el. Taharqa, king of Kush and the Assyrians. **JSSEA 31**, 2004, p. 109-128.

KEMP, B. J. Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt. In: Garnsey, P. D. A.; Whittaker, C. R. (eds), **Imperialism in the Ancient World: The Cambridge University Research Seminar.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 7-57.

LALOUETTE, Claire. **La Littérature Égyptienne.** Paris: PUF, 1981.

_____. **Textes sacrés et textes profanes de l'ancienne Égypte. 1. Des Pharaons et des hommes.** Paris: Gallimard, 1984.

_____, **Thèbes ou la naissance d'un Empire,** Paris: Fayard, 1986,

_____. **Au royaume d'Égypte. Le temps des rois-dieux.** Paris: Fayard, 1991.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature. A book of readings. Volume I: The Old and the Middle Kingdom.** Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1975.

MANLEY, Bill. **Atlas historique de l’Égypte ancienne. De Thèbes à Alexandrie: la tumultueuse épopée des pharaons.** Paris: Éditions Autrement, 1998.

MORKOT, Robert G. Kings and Kingship in Ancient Nubia. In: Fisher, M. M. ; Lacovara, P.; Ikram, S.; D’Auria, S. (eds.), **Ancient Nubia. African kingdoms of the Nile.** Cairo/ New York: The American University in Cairo Press, 2012, p. 118-124.

ROCCATI, Alessandro. **La littérature historique sous l’Ancien Empire.** Paris: Éditions du Cerf, 1982.

SALES, José das Candeias. Recuperação do património arquitectónico: o caso de Abu Simbel. **Discursos. Língua, Cultura e Sociedade**, Lisboa, III Série, nº 6. Estudos do Património, p. 29-66, Outubro, 2005.

_____, A Fortaleza de Buhen. Um Ponto Estratégico para o Egipto do Império Médio. **Gaudium Sciendi**, Lisboa, Número 8, p. 73-97, Junho, 2015.

SHINNIE, P. L. Méroé. **Uma civilização do Sudão.** Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

TAYLOR, John, 12. The Third Intermediate Period (1069-664 BC). In: Shaw, I, (ed.), **The Oxford History of Ancient Egypt.** Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 330-368.

VALBELLE, Dominique. **Les neufs arcs. L’égyptien et les étrangers de la Préhistoire à la conquête d’Alexandre.** Paris: Armand Colin, 1990.

VERNUS, Vernus, Los barbechos del demiurgo y la soberanía del faraón. El concepto de “imperio” y las latencias de la creación. In: Campagno, M.; Gallego, J.; Garcia Mac Gaw C. G. (comps.), **El Estado en el Mediterráneo antiguo. Egipto, Grecia. Roma,** Buenos Aires: Miño y Dávila. 2011, p. 13-43.

VERNUS, Pascal; YOYOTTE, Jean. **Les pharaons.** Paris: MA Editions, 1988.

WILSON, John A. Egyptian Historical Texts. In: Pritchard, James, **Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament, Third edition with supplement.** New Jersey: Princeton University Press, p. 227-264, 1969.